

1) IP8 – A Maior Obra Rodoviária do PRR

2) A Responsabilidade Social das novas Empresas Agrícolas existe?

1)

Muito recentemente foi apresentado pelo Primeiro-Ministro, o plano de investimentos para as infraestruturas rodoviárias que vai integrar o, já muito conhecido, Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a chamada “bazuca” europeia, para a recuperação da economia pós-pandemia.

E a boa notícia para o Baixo Alentejo, é, sem sombra de dúvidas, ter conseguido ver inscrita uma obra estrutural de grande importância e de ainda maior impacto na economia regional. Estou-vos a falar da ligação da Capital do Distrito, Beja, a Sines, que, para além da própria importância simbólica (interior-litoral) significa, sobretudo, uma grande oportunidade de conexão de uma relevante área geográfica do Baixo Alentejo a este assinalável “centro de novos investimentos” que é, pode-se dizer, por esta altura, a “capital do Litoral Alentejano” (Sines).

Apesar de perder a sua designação mais qualificada (ao que tudo indica a A26 ficará, por agora, pela ligação Grândola Sul – Malhada Velha) o IP8 requalificado, evitando Beringel e Figueira dos Cavaleiros, irá permitir uma acrescida fluidez de tráfego, maior rapidez na chegada ao litoral, um piso de qualidade superior e acima de tudo, constituirá uma oportunidade renovada para a “viabilização” do Aeroporto de Beja.

A obra do IP8, a maior de todas, prevista no plano de infraestruturas rodoviárias do PRR, foi e será a consequência de reivindicações, pressões, exigências (institucionais, mas digo-o, sem rodeios, também individuais) de muitos e que agora, já nos próximos 2 anos (finalmente) verá a “luz do dia” beneficiando e tornando mais competitivo o Baixo Alentejo. Há muitos anos (talvez desde o tempo da construção da Barragem do Alqueva) que o Baixo Alentejo não tinha essa relevância num plano de investimentos nacional.

Não...não é mais uma notícia para ser digerida em tempos eleitorais...esta é para ir para a frente, com a fiscalização e exigência de Bruxelas e que, graças a uma enorme capacidade negocial, o Governo português conseguiu ver aprovada...!

2)

Quero-vos dizer ainda algo sobre:

Responsabilidade Social nas novas culturas agrícolas intensivas

Já é conhecida, há muito, a minha posição sobre esta matéria.

Com algumas exceções, as novas empresas sedeadas na zona de influência do Alqueva (leia-se regadio) muitas delas exteriores à região e com ligações “meramente” funcionais ao território, continuam, pura e simplesmente, a ignorar a “responsabilidade social” que detêm e continuam numa lógica quase “vitoriana” a usar e abusar dos recursos e dar pouco em troca!

Seja no olival, no amendoal ou mesmo nalgumas unidades de transformação de bagaço de azeitona, estas empresas aparecem, muitas vezes, como meros agentes comerciais, em que arrendam a terra, exploram os recursos e transportam-nos daqui para fora, sem grande benefício para a população e o território local...

Fui dos que mais acompanhou, logo do início, a instalação de algumas destas empresas e sempre tentámos, quando foi da nossa responsabilidade, que assumissem a criação de instrumentos como “fundos ambientais”, “fundos sociais”, que tivessem uma função filantrópica ou mecenática colaborando com o território e com as pessoas...lamentavelmente, não conseguimos!

O pior é que temos vindo a ver que o panorama pouco tem evoluído, seja por alguma inércia da opinião pública regional (que prefere lamentar a exigir e fazer cumprir) seja, mais comum, pela atitude algo “selvagem” destes novos capitalistas agrícolas.

Há uns tempos, pude comprovar que um produtor de melão/melancia da região, meu amigo, doou cerca de 30 mil euros em “espécie” a várias instituições sociais da região.

Os do Azeite e da Amêndoa não conseguiriam fazer o mesmo ou ainda mais?

Pois...conseguir, conseguiam, mas pelos vistos...não querem!

E depois admiram-se que o fraco envolvimento social tenha impacto negativo na atividade

Ora...todos sabemos que as melhores empresas do mundo dedicam recursos e tempo à promoção da imagem e da criação de impacto positivo onde se inserem!

E que tal estas “nossas” novas empresas fazerem o mesmo?

Não seria melhor...para tudo e para todos?